

Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental































Sumário

4
4
4
7
14
16
20
duta
24
24
24
25
28
30
30
30
31
33
33
35
43
43
sivos
48
49
· · · · · · · · · ·



Convênio Nº 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU

4	4.2	Passivo	os A	mbientais	s Prev	istos	no I	PBA,	EIA	RIMA	е	Projeto
Executi	ivo	51										
4	4.3	Recupe	eraçã	ão e reco	mposi	ção d	as á	áreas	alter	adas	em	função
das obr	ras d	e duplic	ação	o								61
5	Pro	grama	de	Gerencia	mento	de F	Resí	duos	Sólio	dos e	Ef	fluentes
Líquidos	65											
5	5.1	Gereno	ciam	ento dos i	esíduo	s gera	ados	no er	mpre	endim	ento) 65
6	Pro	grama d	de C	ontrole de	Supre	ssão (da V	'egeta	ıção			71
7	Pro	grama d	de M	onitorame	ento e (Conse	rvaç	ão da	Flora	a		71
8	Bibl	iografia										73



1 Programa de Supervisão Ambiental

Segundo o PBA (MRS, 2010), o objetivo do Programa de Gestão e Supervisão Ambiental é acompanhar e registrar sistematicamente todas as ações referentes à obra e às interferências ambientais decorrentes, além de objetivos específicos, relacionados à aplicação dos programas ambientais e medidas de proteção ambiental.

1.1 Sistema Informatizado de Supervisão Ambiental

Para amparar os trabalhos de campo e as informações de supervisão ambiental, a Gestora Ambiental utiliza um sistema informatizado que proporciona confiabilidade, consistência e agilidade na aquisição e consulta aos dados do projeto.

1.1.1 Módulo de Licenciamento Ambiental

Um dos módulos do Sistema dá conta do Gerenciamento de Licenças. Este aborda desde o processo de licenciamento, o cumprimento das condicionantes estabelecidas, até o encerramento destas, registrando as atividades desenvolvidas e a documentação relacionada a cada atividade que necessita ser formalizada.



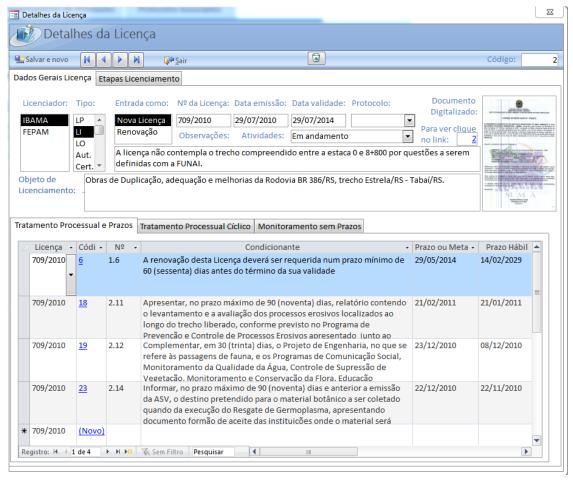


Figura 1 - Tela da LI 709/2010 cadastrada no módulo de licenciamento ambiental

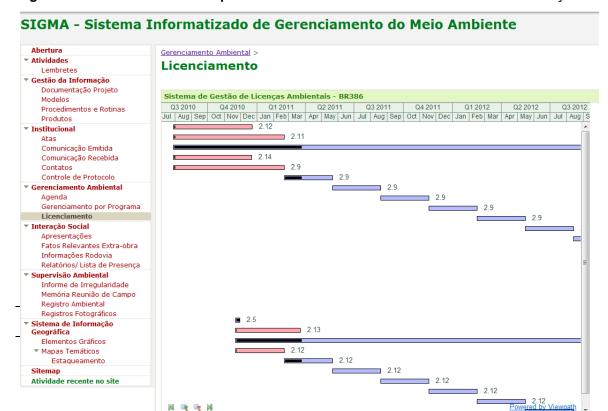
O Sistema dispõe ainda da criação de "pacotes" de alertas, que ao serem carregados em uma agenda on-line, compartilhada entre os colaboradores selecionados, mantém a equipe informada sobre os prazos de vencimentos das licenças e suas condicionantes disparando e-mails de aviso (considerando o prazo hábil para seu atendimento, o qual foi previamente cadastrado).



Figura 2 - Evento cadastrado no sistema de alertas do módulo de licenciamento

SIGMA - Sistema Informatizado de Gerenciamento do Meio Ambiente Abertura Gerenciamento Ambiental > Atividades **Agenda** Lembretes ▼ Gestão da Informação Documentação Projeto Hoje fevereiro de 2011 ▼ Modelos Procedimentos e Rotinas Produtos ▼ Institucional Atas Comunicação Emitida Comunicação Recebida Contatos Controle de Protocolo Gerenciamento Ambiental Agenda Gerenciamento por Programa × Licenciamento Cond. 2.12 - ASV-468/2010 ▼ Interação Social dom, 20 de fevereiro, 20:00 - 20:00 Apresentações Quando Fatos Relevantes Extra-obra Descrição IBAMA/RS, trimestralmente, relatórios fotográficos e descritivos contendo as seguintes informações, entre outra julgadas pertinentes Informações Rodovia Relatórios/ Lista de Presenca atividades executadas, área suprimida, quantificação de material lenhoso gerado ▼ Supervisão Ambiental Informe de Irregularidade (romaneio) e destinação dada Memória Reunião de Campo Registro Ambiental mais detalhes» copiar para minha agenda» Registros Fotográficos Sistema de Informação Geográfica Elementos Gráficos Mapas Temáticos Estaqueamento 20:00 Cond. 2.12 - ASV-468/2010 20:00 Cond. 2.9 - LI 709/2010 Sitemap Atividade recente no site

Figura 3 - Gráfico Gantt com os prazos de venciamento das condicionantes das licenças





1.1.2 Módulo de Supervisão Ambiental de Campo

A este módulo é confiado o armazenamento dos dados de campo adquiridos, que são coletados de forma estruturada. Depois de cadastrados, esses dados são processados e subsidiam o planejamento das vistorias de campo posteriores, levando em consideração as seguintes informações disponibilizadas pelo sistema:

- a) Ocorrências com documentação emitida não atendida;
- b) Classificação de registros em situação de não conformidade a mais tempo;
- c) Classificação de registros abertos sem novas vistorias a mais tempo;
- d) Classificação de pontos de interesse ambiental por recorrência de não conformidade registradas;
- e) Registros sinalizados com alto grau de comprometimento ambiental;
- f) Frequência de atendimento aos programas;

Para as vistorias de campo, o inspetor ambiental conta com fichas de apoio produzidas pelo sistema, que facilitam a construção do histórico de vistorias de um Registro Ambiental (tratado com um processo ambiental) ou para a criação de um novo.



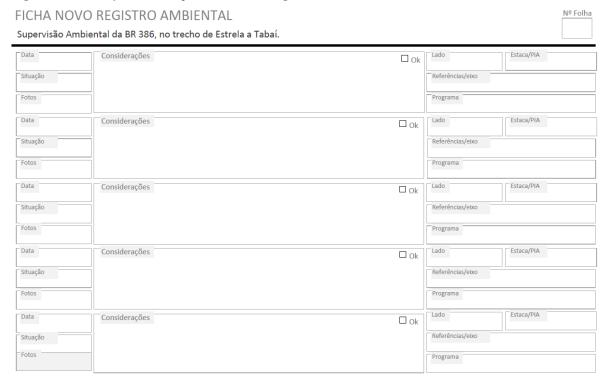
Figura 4 - Exemplo de ficha de campo para acompanhamento de Registros Ambientais

FICHA REGIS	STRO AMBIENTAL	Código Registro BR386-22,4-PIA1-MCA-RA16
Localização do Ponto	de Interesse Ambiental	
Lote Ún. Estaca Iníc	cio 22,400 Km 373,900 Lado Dir	eito Coordenadas -29°37'11,993"S -51°46'51,546"
Eixo Duplicação	Extensão 1000m Referé	ncias Propriedade do Sr. Antônio.
Dados do Registro Ar	mbiental	
Descrição Geral	Programa de Monitora	mento e Controle da Poluição Atmosférica, na fase de constr
Operação de movin	nentação de solos pelos caminhões jur	to a frente de obras.
Data	Considerações	□ok
Situação		
Fotos		
Data	Considerações	П
	considerações	Ok
Situação		
Fotos		
Data	Considerações	Ok
Situação		
Fotos		
Data	Considerações	
		□ ok
Situação		
Fotos		
Data	Considerações	Ok
Situação		
Fotos		
Data	Considerações	□ok
Situação		
Fotos		

Produzido por SIGMA - Sistema Informatizado de Gerenciamento do Meio Ambiente



Figura 5 - Ficha para anotação de novos registros



Produzido por SIGMA - Sistema Informatizado de Gerenciamento do Meio Ambiente

Quando são realizadas reuniões em campo, a equipe de Supervisão Ambiental registra as deliberações firmadas nos diálogos em um documento denominado Memória de Reunião de Campo (Figura 6). Este fica disponível para as partes envolvidas.



Figura 6 - Ficha para documentar as reuniões de campo

DNIT

MEMÓRIA DE REUNIÃO DE CAMPO

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte Supervisão Ambiental da BR 386, no trecho de Estrela a Tabaí.



ta Assur	nto	
cal		
rticipantes	Instituição	Função
scrição		

Produzido por SIGMA - Sistema Informatizado de Gerenciamento do Meio Ambiente



O depois de anotados os dados nas fichas de campo, o produto da vistoria é cadastrado no Sistema, utilizando-se menus estruturados, como exibido na Figura 7.

Figura 7 - Tela de entrada de dados de campo do Sistema de Supervisão Ambiental

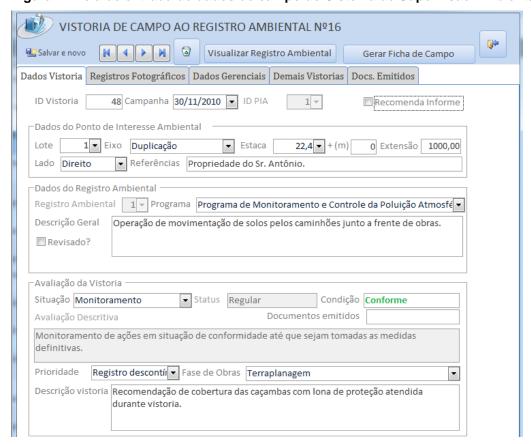


Figura 8 - Guia de relatório fotográficos do Sistema de Supervisão Ambiental

Convênio Nº 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU





Figura 9 – Exemplo de Ficha de Registro Ambiental

Convênio 2010/0166

REGISTRO AMBIENTAL

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte Supervisão Ambiental da BR 386, no trecho de Estrela a Tabaí. F A P E U - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária



ódigo Registro BR386-22,4-PIA1-MCA-RA16	ID Vistoria 48	Resposável de Camp	Jorge Henriqu	e Packeiser
ocalização do Ponto de Interesse Ambiental				
ote Ún. Estaca Início 22,400 Km 373,900 La	ado Direito	Coordenadas -2	9°37'11,993"S -5	1°46'51,546'
ixo Duplicação Extensão 1000m	Referências	Propriedade do Sr. Ant	ônio.	
Operação de movimentação de solos pelos camin	hões junto a fre	ente de obras.		
tuação Monitoramento	Prioridade	Registro descontínuo	Data Vistoria	30/11/2010
onitoramento de ações em situação de	Status	Regular	Documentos	

Relatório Fotográfico







Veículo partindo coberto com Iona.







Lona sendo instalada sobre a carga.

Produzido por SIGMA - Sistema Informatizado de Gerenciamento do Meio Ambiente



1.1.3 Sistema de Informação Geográfica (SIG)

A Gestora Ambiental conta com um SIG onde coleciona uma série de temas estáticos e dinâmicos. Estes dados estão sendo adicionados constantemente, utilizando a base cartográfica do Google Earth livre. As informações dinâmicas são atualizadas através de links de rede que apontam para o site da Gestora Ambiental.

Abaixo estão listados os temas incorporados ao SIG:

- a) Dados de Projeto (Módulo Estático)
 - Projeto Geométrico;
 - Estaqueamento;
 - Obras de Arte Especiais;
 - Pontos Notáveis (ex: escolas, igrejas, postos de polícia, associações, prefeituras, obras auxiliares de engenharia)
- b) Dados de Projeto (Módulo Dinâmico)
 - Avanço Físico das Obras;
- c) Componente Ambiental (Módulo Estático)
 - Limites Áreas de Preservação Permanente (em andamento);
 - Corpos Hídricos;
 - Áreas comunidades tradicionais;
 - Travessias Urbanas:
 - Limites Áreas de Apoio (em andamento);
 - Sítios Arqueológicos;
 - Passivos Ambientais:
 - Passagens de Fauna;
 - Vegetação Imune ao Corte.



- d) Componente Ambiental (Módulo Dinâmico)
 - Registros de Ocorrência Ambiental (em andamento);
 - Registros Fotográficos Georeferenciados;
 - Local de palestras, oficinas, cursos da Educação Ambiental;
 - Situação Licenciamento Áreas de Apoio (em andamento);
 - Pontos de risco/gargalos apontados pela Comunicação Social (detonações, desvios, etc.).

Figura 10- Tela com alguns registros fotográficos da obra plotados no SIG





1.2 Rotina de Campo da Supervisão Ambiental

A supervisão é exercida mediante visitas de campo diárias de segunda a sexta-feira e eventuais em finais de semanas e feriados, inclusive noturnas (sinalização), para verificação das conformidades/não conformidades ambientais, execução das atividades previstas nos programas e das medidas mitigadoras e compensatórias.

Durante as vistorias são realizados levantamentos fotográficos (georeferenciados) e os Registros Ambientais, os quais são carregados e armazenados em um banco de dados, juntamente com outras informações, subsidiando a elaboração de informes e relatórios periódicos. Também são promovidas reuniões sistemáticas com técnicos do DNIT, Supervisora de Obras e Consórcio de construtoras (Iccila, Conpasul, Cotrel e Momentum) e terceirizadas, buscando-se o encaminhamento de soluções adequadas ambientalmente.

Entre 18 de novembro de 2010 e 28 de fevereiro de 2011, foram realizados pela Supervisão Ambiental 253 vistorias, referentes a 111 Registros Ambientais, sendo que 88% estão conformes ou em regularização e apenas 12% não conformes.

O enquadramento da situação de cada registro leva em consideração as opções descritas abaixo:

Tabela 1 - Enquadramento da situação dos Registros Ambientais

Situação	Status	Condição	Avaliação Descritiva
Sem Providências	Ausência de Ações	Não Conforme	Não conformidade caracterizada pela falta de providências para o problema observado
Sem Providências (Justificada)	Ausência de Ações	Não Conforme	Não conformidade caracterizada pela falta de providências para o problema observado, justificada pela impossibilidade de resolução.
Providências Deficientes	Em regularização	Não Conforme	Não conformidade caracterizada pela deficiência ou insuficiência nas providências adotadas.

16

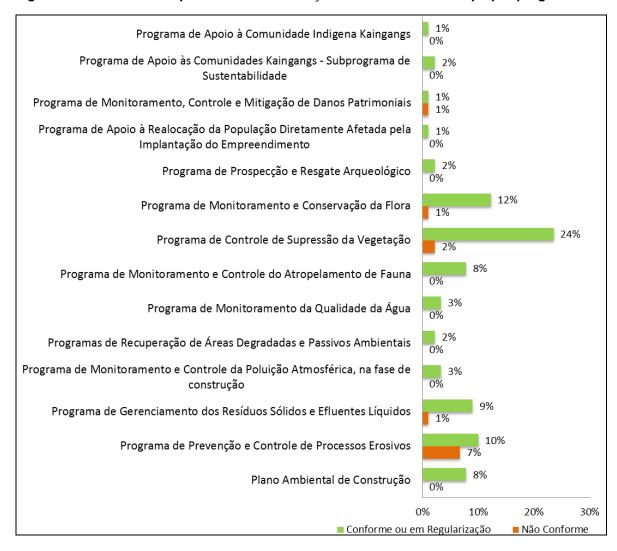


Convênio Nº 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU

Providências Inadequadas	Em regularização	Não Conforme	Não conformidade caracterizada pela inadequação das medidas de controle adotadas.
Providências em Andamento	Em regularização	Não Conforme	Medidas de controle em implantação durante a vistoria, impossibilitando o enquadramento definitivo.
Providências Provisória (Justificada)	Em regularização	Não Conforme	Não conformidade caracterizada pela adoção de ações mitigatórias provisórias, justificada pela impossibilidade de resolução.
Monitoramento	Regular	Conforme	Monitoramento de ações em situação de conformidade até que sejam tomadas as medidas definitivas.
Encerramento das Ações	Regularizado	Conforme	Ações encerradas com a implantação das medidas de controle definitivas previstas.



Figura 11 - Gráfico de enquadramento da situação das vistorias de campo por programa





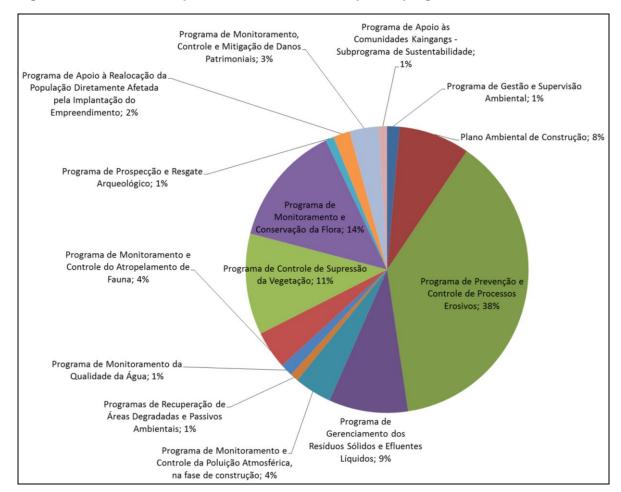


Figura 12 - Gráfico de frequência de vistorias de campo aos programas do PBA

Neste período, os técnicos da supervisão acompanharam as vistorias do IBAMA e participaram de diversas reuniões técnicas, bem como foram lavradas 15 atas de reuniões com o Consórcio construtor, nas quais registraram-se os procedimentos e encaminhamentos acordados.

Até o momento foram emitidos 09 Informes de não conformidade, que após providências do Consórcio apresentam-se regularizados (em monitoramento). Desta forma, até o momento, os atestados ambientais mensais referentes a avaliação da Construtora, foram de Conformidade.



2 Plano Ambiental de Construção

O programa "Plano Ambiental de Construção" tem como objetivo geral apresentar as diretrizes e orientações a serem seguidas, pelo empreendedor e seus contratados, durante a execução do empreendimento, visando à preservação da qualidade ambiental dos meios físico e biótico da área de influência direta e à minimização dos impactos negativos sobre as comunidades vizinhas e trabalhadores da obra.

Conforme registrado no PBA (MRS – agosto/2010) os objetivos específicos deste Programa são:

- e) Fornecer elementos técnicos e legais para viabilizar as obras com o menor dano ambiental possível;
- f) Fornecer aos empreiteiros os critérios ambientais a serem respeitados durante as etapas de construção e, de modo geral, aos trabalhadores envolvidos normas para conduta ambiental;
- g) Garantir a eficácia de aplicação das medidas de reabilitação e proteção ambiental.

Desta forma o PAC interage com os programas diretamente relacionados com a execução das obras: Controle de Supressão da Vegetação; Monitoramento e Conservação da Flora; Monitoramento da Fauna e Bioindicadores; Monitoramento e Controle do Atropelamento da Fauna, Prevenção e Controle dos Processos Erosivos; Monitoramento e Controle de Ruídos; Monitoramento e Controle de Poluição Atmosférica; Monitoramento da Qualidade da Água; Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos; Prospecção e Resgate Arqueológico; e Recuperação de Áreas degradadas e Passivos Ambientais; bem como com os programas dedicados a difusão de informações e conhecimentos: Comunicação Social e Educação Ambiental.



Além de apresentar as diretrizes, orientações, critérios técnicos e legais e procedimentos operacionais, no sentido de garantir a conservação da qualidade ambiental das áreas diretamente afetadas, o PAC prevê o acompanhamento e monitoramento das frentes de obras, através de uma equipe de Supervisão Ambiental, constituída por inspetores ambientais de diferentes áreas técnicas.

2.1 Apresentação de diretrizes, orientações e normas de conduta ambiental

Seguindo os objetivos do PAC foram fornecidas cópias ao Consórcio dos documentos listados abaixo, onde constam informações, orientações, diretrizes e critérios técnicos, legais e ambientais referentes ao empreendimento, as quais devem nortear a execução das obras.

- a) Estudo de Impacto Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR 386, Trecho Estrela/RS – Tabaí/RS, Segmento: km 351,5 a km 385,3 (abril/2009), e posteriores complementações.
- b) Relatório de Impacto Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR 386, Trecho Estrela/RS – Tabaí/RS, Segmento: km 351,5 a km 385,3 (abril/2009).
- c) Projeto Executivo de Engenharia das Obras Prioritárias de Melhoria de Capacidade da BR-386/RS, Incluindo a Duplicação da Pista Existente (junho/2010).
- d) Licença de Instalação nº 709/2010 (IBAMA, 29 de julho de 2010).
- e) Plano Básico Ambiental (PBA) das Obras de Duplicação da Rodovia BR 386, Trecho Estrela/RS – Tabaí/RS, Segmento: km 351,5 a km 385,3 (agosto/2010).



- f) Estudo para Obtenção da Autorização de Supressão de Vegetação para as Obras de Duplicação da Rodovia BR 386, Trecho Estrela/RS – Tabaí/RS, Segmento: km 351,5 a km 385,3 (setembro/2010).
- g) Autorização de Supressão de Vegetação nº 468/2010 (22 de novembro de 2010).

Para esclarecimentos e nivelamentos quanto aos conteúdos dos documentos citados foram realizadas reuniões com técnicos do Consórcio, assim como treinamentos das suas equipes de supressão de vegetação e de meio ambiente — responsáveis pelos transplantes e implantação/manutenção dos dispositivos de prevenção/contenção de processos erosivos. Também, durante a execução dos serviços nas frentes de obras, orientações são repassadas diretamente aos trabalhadores.



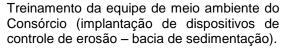
Reuniões com técnicos do Consórcio, para nivelamento de informações.



Treinamento de campo da equipe de supressão.





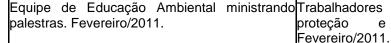




Orientações em campo para operadores de caminhão.

Já a Equipe de Educação Ambiental da UFSC/FAPEU tem desenvolvido ações de educação ambiental direcionadas a todos os trabalhadores do Consórcio e terceirizadas, objetivando a sensibilização dos mesmos para condutas adequadas, tanto na execução das obras quanto na relação com as comunidades locais e indígenas (ver Subprograma de Capacitação Continuada dos Trabalhadores Envolvidos Com a Implantação do Empreendimento).







assistindo palestras sobre conservação ambiental.

Por sua vez, o Consórcio promove sistematicamente palestras aos trabalhadores do seu quadro e das terceirizadas, abordando segurança no trabalho e meio ambiente, onde são distribuídos materiais com informações e 23



orientações. As palestras ocorrem às quartas feiras, a partir das 19 horas, no salão de eventos da Prefeitura Municipal de Fazenda Vila Nova.



2.2 Contratação de Mão de Obra

No final de fevereiro estavam operando na obra 178 trabalhadores, sendo aproximados 60 % de origem local e regional, 30 % de outras regiões do Rio Grande do Sul e 10 % de fora do estado.

2.3 Supressão de Vegetação

As atividades de supressão de vegetação e de monitoramento e conservação da flora foram executadas de acordo com os respectivos programas e orientações definidas em reuniões com o NLA/IBAMA/RS. Seguindo a condicionante 2.12 da ASV 468/2010, foi elaborado para envio ao IBAMA/DF, relatório trimestral (15/11/2010 a 15/02/2011).

2.4 Obras de Terraplenagem e Proteção dos Taludes

Em 22 de novembro de 2010 técnicos do DNIT, da Supervisão Ambiental e do NLA/IBAMA/RS, realizaram uma reunião onde ficou definido que as obras de terraplenagem seguiriam a prática de compensações entre



cortes e aterros, conforme quadro de distribuição apresentado no Projeto Executivo de Engenharia. A primeira frente de obra liberada foi o trecho 22+400 a 23+400, com supressão de vegetação e execução de cortes e aterros (Ata NLA/IBAMA/RS de 22/11/10).

Posteriormente novas frentes foram liberadas, chegando-se ao final de fevereiro a aproximados 18 km, com supressão de vegetação, terraplenagem e obras de arte corrente. Os aterros limitam-se ao "off-set" e os corte, onde não há mata, ultrapassam de 01 a 02 metros, sempre respeitando a faixa de domínio. Como praticamente todo o material dos cortes é aproveitado nos aterros, restam material oriundo da decapagem e solos inservíveis para a obra. Parte deste material foi armazenado em áreas de aterro, entre o "off-set" e o limite da faixa de domínio, para depois serem utilizados na proteção e revegetação das bases dos taludes. Outra parte foi armazenada em áreas projetadas para canteiro central, assim como dentro do que foi estabelecido com o NLA/IBAMA/RS (Ata NLA/IBAMA/RS de 06/12/10) utilizada para solucionar passivos socioambientais em três propriedades lindeiras.

Para contenção dos processos erosivos foram utilizados inicialmente dispositivos como bacias de sedimentação, barreiras de sacos com terra e rachão. Com as intensas e volumosas chuvas de fevereiro a utilização isolada destes dispositivos mostrou-se insuficiente, requerendo outras soluções complementares, o que foi efetivado no final de fevereiro com a proteção dos taludes de aterro por enleivamento.

2.5 Canteiros de Obras e Vias de Acesso e Serviço

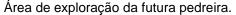
O Consórcio já obteve, junto a FEPAM, a Licença de Operação (LO 7527/2010-DL, de 15/12/2010) para exploração da pedreira (lavra de basalto a céu aberto). Associados a esta jazida serão implantados em uma área de 5,30 ha dois canteiros de obras: um destinado à usina de britagem e outro a usina de asfalto, ambos em processo de licenciamento na Fundação.

25



As áreas situam-se na localidade de Matutú Colônia Cardoso, a 2,5 km da sede do município de Fazenda Vila Nova. O acesso é pela BR 386, km 366, por estrada vicinal existente que será preparada e mantida para o tráfego de caminhões.







Área, próxima a pedreira, onde serão instalados canteiros com usinas de britagem e de asfalto.

Para as obras de terraplenagem são utilizadas duas áreas de apoio contiguas, totalizando 12.000 m2, localizadas no km 366 da BR 386. Nestas áreas funcionam: escritório e almoxarifado (casa já existente), alojamento e refeitório (prédio de antiga fábrica de biscoitos adaptado), um galpão com rampa para pequenos reparos e um tanque de combustível, com capacidade para 15m³, instalado dentro dos padrões da Ipiranga. A lavagem dos caminhões e equipamentos é feita em estabelecimentos comerciais habilitados: "Rampa de Lavagem do João" (BR 386, km 373 Paverama) e "Lavagem do Henrique" (BR 386, km 368 Fazenda Vila Nova).

Considerando as características desta área de apoio, o Consórcio esta encaminhando o licenciamento da mesma junto a Prefeitura de Fazenda Vila Nova.





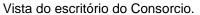


apoio.

Portão de acesso a ao escritório da área de Tanque de combustível, padrão Ipiranga.

O escritório de obras do Consórcio situa-se em área urbana de Fazenda Vila Nova, Rua Alegrete, 158. No prédio ao lado funcionam o laboratório de solos e almoxarifado de EPIs







Vista geral das áreas, com laboratório de solos à esquerda e escritório a direita da foto.

O acesso às áreas de apoio mencionadas anteriormente se dá por vias existentes (BR 386, estrada vicinal, via urbana). No caso das frentes de obra o trânsito de caminhões e máquinas ocorre, preferencialmente, em vias de serviço temporárias abertas nas próprias áreas de corte e aterro ou, quando necessário, na atual pista da BR com os devidos cuidados (sinalização de obra e cobertura das cargas dos caminhões).







Estrada vicinal – acesso a pedreira.

Caminho de serviço temporário na faixa de domínio, evitando tráfego na pista existente.

2.6 Áreas de Empréstimo/ jazidas

Além da pedreira abordada anteriormente, foram indicadas como jazidas de projeto (argila e areia) dezesseis áreas (EC-01 a EC-16). Com exceção das EC-05 e EC-16, as demais (EC-01, EC-02, EC-03, EC-04, EC-06, EC-07, EC-08, EC-09, EC-10, EC-11, EC-12, EC-13, EC-14 e EC-15) foram contempladas na Licença de Instalação IBAMA 709/2010 (condicionante 2.7), sendo necessária para a exploração das mesmas a obtenção da Licença de Operação (LO) junto ao Instituto, o que cabe ao Consórcio construtor.

Considerando a possibilidade de inviabilidade ambiental do uso de algumas destas áreas ou o eventual desinteresse dos proprietários na exploração, foram elencadas mais onze áreas de empréstimo alternativas: EC-17 a EC-27.

Quanto ao licenciamento das jazidas, até o final de fevereiro, a situação era a seguinte:

a) Jazidas de Projeto: Excetuando-se as EC-05, EC-16 (não contempladas na LI), EC-07, EC-08, EC-11 e EC-15, cujos proprietários não têm interesse na exploração das mesmas, foram protocolados no IBAMA e IPHAN solicitações de licenciamento para as ECs: 01, 02, 03, 04, 06, 09, 10, 12, 13 e 14. Estas já contam com parecer favorável do IPHAN. No

28

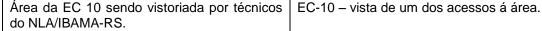


IBAMA, as ECs 01, 02, 03, 04 e 06, por localizarem-se no trecho entre os km 351+500 a 360+300, aguardam manifestação da FUNAI para inicio da análise; restando em avaliação as ECs 09, 10, 12, 13 e 14. A análise da EC-10 já foi concluída com parecer favorável do NLA/IBAM/RS para emissão de LO, o que deve ocorrer no inicio de março/2011. Atualmente a área da EC 10 é utilizada para plantio comercial de eucaliptos (Eucalyptus sp), cuja exploração da madeira iniciou na segunda quinzena de fevereiro.

b) Jazidas Alternativas: Destas as ECs 17 e 23 já obtiveram parecer favorável do IPHAN e no IBAMA o licenciamento esta em fase adiantada para emissão de Licença de Instalação. Para a EC-21 o parecer do IBAMA é desfavorável, pois a área está localizada em topo de morro e coberta com mata nativa secundária.

A obtenção das licenças de operação e o início da exploração destas jazidas são fundamentais para o fornecimento de material com qualidade para a finalização dos aterros e, consequentemente, para a cobertura dos mesmos com material pétreo, evitando-se processos erosivos.







A exploração das jazidas deverá seguir o previsto no PBA, os Estudos Ambientais apresentados aos órgãos licenciadores e as condicionantes das



licenças de implantação e operação emitidas pelo IBAMA e FEPAM, contando com o monitoramento sistemático da Supervisão Ambiental.

2.7 Controle e Monitoramento de Erosão

terraplenagem.

Abordado no Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos.

2.8 Manejo de Resíduos Sólidos e Gerenciamento de Efluentes

Abordado no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos.

2.9 Sinalização e prevenção de acidentes na fase de Obras

No geral o Consórcio construtor tem seguido as normas do DNIT referentes à sinalização das obras, atendendo solicitações da Supervisão Ambiental de adequações e reforço na sinalização, assim como, demais cuidados visando à prevenção de acidentes. Também a Policia Rodoviária Federal (PRF) e Concessionária (UNIVIAS), dentro das suas rotinas, tem acompanhado estas medidas.

No período a Supervisão emitiu dois informes sobre sinalização, cujas situações já foram superadas por providências adotadas e desmobilização da frente de obra.



30





2.10 Segurança e conforto do trabalhador

Conforme já relatado o Consórcio de empreiteiras, dentro do seu programa "Saúde, Segurança e Meio Ambiente SSMA" desenvolve ações (palestras, treinamentos e distribuição de publicações a seus empregados e aos das terceirizadas) promovendo a segurança e a saúde dos trabalhadores do empreendimento. A supervisão acompanha estas ações e as medidas adotadas nas frentes de obras e áreas de apoio, como: utilização de EPIs, implantação de sanitários e pias para higienização, condições de conforto durante intervalos para refeição e descanso, alojamentos e refeitórios, entre outras.





Convênio Nº 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU

luvas e botinas). descanso na frente de obra.



Sanitários (foça séptica) em construção, caixa de água e pia para higienização.

Alojamento da área de apoio localizada na BR 386, km 366.

A aplicação do PAC teve inicio na mobilização para as obras e se estenderá até o final das mesmas, incluindo as ações de recuperação das áreas degradadas.

No Sistema Informatizado da Supervisão Ambiental 8% dos registros de campo pertencem ao referido programa, todos em situação Conforme ou em Regularização.



3 Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos

De acordo com o PBA (MRS – agosto/2010) este programa tem como objetivo geral "Localizar as áreas que possuem maior suscetibilidade à erosão dentro da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, sugerindo alterações e ou implementando o controle através de técnicas específicas nos locais propensos, caso sejam necessárias, e a proposição de medidas de prevenção/monitoramento para as obras e/ou para a fase de operação (...)"; e como objetivos específicos:

- Implantar medidas preventivas que evitem assoreamento da rede de drenagem por processos erosivos;
- Usar técnicas de engenharia e práticas conservacionistas de manejo dos solos para evitar ou minimizar e controlar processos erosivos;
- Restabelecer as condições originais do solo e relevo após a desmobilização dos serviços;
- Restabelecer as condições naturais de drenagem possibilitando o escoamento superficial e evitando o aparecimento de processos erosivos e/ou barramento da rede de drenagem.

Para tanto o programa prevê as seguintes atividades:

- Definição de áreas de susceptibilidade;
- Estabelecimento de Rotina de Monitoramento;
- Medidas de controle das feições erosivas.

3.1 Definição de áreas de susceptibilidade a erosão

O PBA caracteriza as áreas próximas ao município de Estrela como de susceptibilidade baixa a muito baixa e as próximas ao município de Tabaí como

33



de susceptibilidade alta a muito alta. Apesar do levantamento das áreas suscetíveis realizado durante o diagnóstico ambiental (EIA), foi recomendado um novo levantamento das feições erosivas, devido a possíveis modificações das mesmas em decorrência das intempéries. A exigência deste levantamento foi incorporada a condicionante "2.11" da LI 709/2010, emitida em 29 de julho de 2010.

A contratação da Equipe de Gestão e Supervisão Ambiental das obras de melhorias e duplicação da rodovia ocorreu em meados de novembro/2010, por tanto, o levantamento dos processos erosivos localizados ao longo do trecho teve inicio neste mês. A seguir apresentamos o relatório deste levantamento com atualização das situações encontradas até final de fevereiro.

Para registro das feições erosivas utilizou-se formulários elaborado com base no que foi sugerido no PBA (MRS, 2010, p.57), os quais são apresentados na sequência. Considerando que os processos erosivos existentes ao longo do trecho são passivos ambientais, o levantamento partiu dos passivos identificados no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (MRS, 2010, p.98), no Projeto Executivo/Volume da Componente Ambiental (STE, 2009, p.32), e os caracterizados no Estudo de Impacto Ambiental (MRS, 2009, p.386), ficando-se atentos para a ocorrência de processos erosivos recentes ou não identificados anteriormente.



3.2 Fichas de levantamento e avaliação de feições erosivas

Latitude		Longitude	TRO DE FEIÇÕES EROSIVAS. Km/Lado (Projeto)
29°30'24,2'		51°56'54,6"W	1+380 ao 1+400 LE
2) 30 24,2	<u> </u>	Relatório F	
No.			
			The state of the s
Vista geral da área.			Detalhe do solo exposto.
	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	Croqui (situação no	projeto geométrico)
Caracterização do	Natureza do		500.
processo erosivo	solo	Cobertura Vegetal	Possíveis consequências.
	A #0#000	Floresta nativa secundária	A terramento de veretação
Ravinamento	Arenoso		Aterramento de vegetação
	Siltoso	Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores	Carreamento de sedimentos para corpos d água
Voçoroca	+		
Voçoroca Sulcos	Siltoso	arbustos e árvores	Carreamento de sedimentos para corpos d água
Voçoroca Sulcos Escorregmento	Siltoso Argiloso	arbustos e árvores Espécies exóticas	Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação
Ravinamento Voçoroca Sulcos Escorregmento Outros Tratamento Ponto com intervenção enleivados.	Siltoso Argiloso Rochoso Outros	arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura Outros	Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação Risco a infraestrutura



	FO	RMULÁRIOS PARA REGIST	TRO DE FEIÇÕES EROSIVAS.		
Latitu	de	Longitude	Km/Lado (Projeto)		
29°30'52	2,4"S	51°56'25,2"W	1+980 ao 2+100 LD		
		Relatório F	Sotográfico I		
Área anteriormente	explorada com p	ouca cobertura vegetal.	Vista do talude íngrime junto ao acostamento.		
Part of the last of	V 1000000	Croqui (situação no	projeto geométrico)		
4 - 1					
)		- Local	100 0		
Caracterização do	Natureza	do			
processo erosivo	solo	Cobertura Vegetal	Possíveis consequências.		
Ravinamento	Arenoso	Floresta nativa secundária	Aterramento de vegetação		
Voçoroca	Siltoso	Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores	Carreamento de sedimentos para corpos d água		
Sulcos	Argiloso	Espécies exóticas	Danos á vegetação		
Escorregmento	Rochoso	Área de lavoura	Risco a infraestrutura		
Outros	Outros	Outros	Outros danos		
Tratamento Ponto com interven	ção no lado direit	o com a pista a ser duplicada. A	Area erodida deve ser enleivada e conformada.		



	le	Longitude	Km/Lado (Projeto)
29°30'58	R''S	51°56'23,4"W	2+140 ao 2+220 LD
27 30 30	3		o Fotográfico
Area anteriormente	explorada com	pouca cobertura vegetal.	Vista do talude íngrime junto ao acostamento.
	Contract Contract of the Party	Croqui (situação)	no projeto geométrico)
		Am2	
Canactorização do	**************************************		
•	Natureza solo	a do	Possíveis consequências.
Caracterização do processo erosivo Ravinamento	Natureza solo Arenoso	Cobertura Vegetal Floresta nativa secundá	a .
Ravinamento Voçoroca	Natureza solo Arenoso Siltoso	Cobertura Vegetal Floresta nativa secundá Campo/vegetal herbace arbustos e árvores	ria Aterramento de vegetação a, Carreamento de sedimentos para corpos d água
Ravinamento Voçoroca Sulcos	Natureza solo Arenoso Siltoso Argiloso	Cobertura Vegetal Floresta nativa secundá Campo/vegetal herbace arbustos e árvores Espécies exóticas	ria Aterramento de vegetação a, Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação
Ravinamento Voçoroca	Natureza solo Arenoso Siltoso	Cobertura Vegetal Floresta nativa secundá Campo/vegetal herbace arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura	ria Aterramento de vegetação a, Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação Risco a infraestrutura
Ravinamento Voçoroca Sulcos	Natureza solo Arenoso Siltoso Argiloso	Cobertura Vegetal Floresta nativa secundá Campo/vegetal herbace arbustos e árvores Espécies exóticas	ria Aterramento de vegetação a, Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação
Ravinamento Voçoroca Sulcos Escorregmento Dutros	Natureza solo Arenoso Siltoso Argiloso Rochoso	Cobertura Vegetal Floresta nativa secundá Campo/vegetal herbace arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura	ria Aterramento de vegetação a, Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação Risco a infraestrutura
Ravinamento Voçoroca Sulcos Escorregmento Dutros	Natureza solo Arenoso Siltoso Argiloso Rochoso Outros	Cobertura Vegetal Floresta nativa secundá Campo/vegetal herbace arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura Outros	ria Aterramento de vegetação a, Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação Risco a infraestrutura



	de			Longitude		DE FEIÇÕES EROSIVAS. Km/Lado (Projeto)					
29°31'25,4"S 51°56'23,4"W						3+100 LE					
27 31 23	,, - 3		<u> </u>	Relatório I	otog						
W.A.											
Vista geral da área						a do talude íngrime com solo exposto.					
	A 1 1 - 20		97	Croqui (situação no	proje	ew geometrico)	1000				
		THE RESERVE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN					-				
<u> </u>	km.3					200.6					
Caracterização do	km.3.	Natureza	do do	100	1,2						
-	km.3.		do	Cobertura Vegetal		Possíveis consequências.					
processo erosivo	km.3.	Natureza	a do	Floresta nativa secundária		Possíveis consequências. Aterramento de vegetação					
Ravinamento	km.3.	Natureza solo	i do								
Ravinamento Voçoroca	km.3.	Natureza solo Arenoso	i do	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea,		Aterramento de vegetação					
Ravinamento Voçoroca Sulcos	km.3.	Natureza solo Arenoso Siltoso	a do	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores		Aterramento de vegetação Carreamento de sedimentos para corpos d água					
Caracterização do processo erosivo Ravinamento Voçoroca Sulcos Escorregmento Outros	km.3.	Natureza solo Arenoso Siltoso Argiloso	a do	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas		Aterramento de vegetação Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação					
Ravinamento Voçoroca Sulcos Escorregmento Dutros	km.3.	Natureza solo Arenoso Siltoso Argiloso Rochoso	i do	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura		Aterramento de vegetação Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação Risco a infraestrutura					
Ravinamento Voçoroca Sulcos Escorregmento Dutros		Natureza solo Arenoso Siltoso Argiloso Rochoso Outros		Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura Outros		Aterramento de vegetação Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação Risco a infraestrutura					

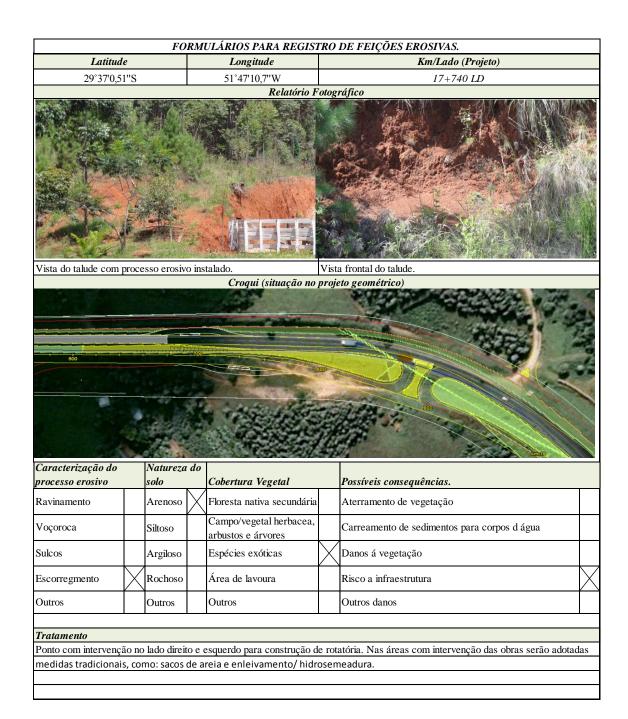


	le			Longitude		Km/Lado (Projeto)					
29°31'39,5"S 51°55'51,8"W						3+700 LE					
27 31 33	,5 5			Relatório F	otogi						
				3							
<i>U</i> -41 4- 4	1:1				X7:-4-	and the same of th	4029				
ista geral da área e	rodida	a.		Croqui (situação no		a da porção final do talude em fase de estabilização.					
			STATE OF THE PERSON NAMED IN	The state of the s	See a						
						s/800 ⁻					
1590.5		60	0.0				とは、とは、生活は				
•		Natureza solo	ı do	Cohertura Vegetal		Possíveis consequências					
rocesso erosivo		Natureza solo	ı do	Cobertura Vegetal Floresta nativa secundária	<u> </u>	Possíveis consequências. Aterramento de vegetação	とは、大学の				
rocesso erosivo avinamento		solo	u do			1					
avinamento oçoroca		solo Arenoso	do	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea,		Aterramento de vegetação					
rocesso erosivo avinamento roçoroca ulcos		Arenoso Siltoso	ı do	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores	X	Aterramento de vegetação Carreamento de sedimentos para corpos d água					
Caracterização do processo erosivo Ravinamento Voçoroca Sulcos Escorregmento Dutros		Arenoso Siltoso Argiloso	ı do	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas		Aterramento de vegetação Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação					
rocesso erosivo tavinamento roçoroca ulcos scorregmento outros		Arenoso Siltoso Argiloso Rochoso	ı do	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura		Aterramento de vegetação Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação Risco a infraestrutura					
Ravinamento Zoçoroca Sulcos Escorregmento Dutros		solo Arenoso Siltoso Argiloso Rochoso Outros		Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura Outros	X income	Aterramento de vegetação Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação Risco a infraestrutura					

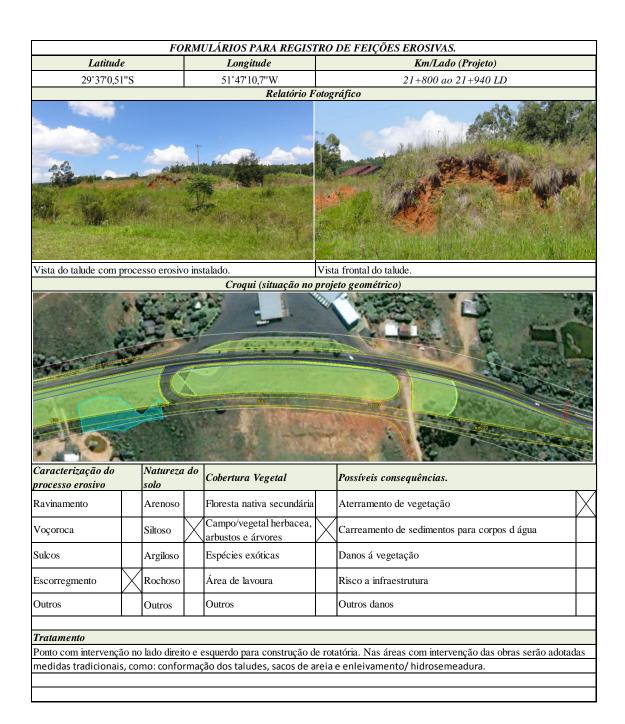


Luuu	Latitude Longitude					Km/Lado (Projeto)					
29°32'10,3"S 51°55'0,88"W						5+400 LE/LD					
				Relatório Fo	otogi						
Test dec							***				
ista geral da área o	erodida	a (lado din	eito).		Vista	a geral da área erodida (lado esquerdo).					
				Croqui (situação no p	roje	to geométrico)					
			000			600 1000					
		Natureza	do			金块器					
aractorização do		solo	uo	Cobertura Vegetal		Possíveis consequências.					
_						Aterramento de vegetação					
rocesso erosivo		Arenoso		Floresta nativa secundária							
avinamento		Arenoso Siltoso	X	Floresta nativa secundária Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores		Carreamento de sedimentos para corpos d água					
avinamento oçoroca			X	Campo/vegetal herbacea,		Carreamento de sedimentos para corpos d água Danos á vegetação					
avinamento oçoroca ulcos		Siltoso	X	Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores							
Caracterização do rocesso erosivo Cavinamento Coçoroca Ulcos Siscorregmento Outros		Siltoso Argiloso		Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas		Danos á vegetação					
avinamento Oçoroca ulcos scorregmento		Siltoso Argiloso Rochoso		Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura	<u> </u>	Danos á vegetação Risco a infraestrutura					
avinamento oçoroca ulcos scorregmento outros		Siltoso Argiloso Rochoso Outros		Campo/vegetal herbacea, arbustos e árvores Espécies exóticas Área de lavoura	as of	Danos á vegetação Risco a infraestrutura	de				











3.3 Estabelecimento de Rotina de Monitoramento

O PBA indicou vistorias quinzenais de monitoramento das condições do solo ao longo do trecho e das frentes de obra, para verificar possíveis deflagrações de erosões e consequentes assoreamentos dos cursos d'água que cortam ou margeiam a rodovia, reforçando esta rotina em épocas de chuvas intensas. Levando em conta que nesta fase da obra as atividades em curso supressão de vegetação, execução de terraplanagem e de obras de arte correntes (drenagens) interferem diretamente no solo e cursos d'água, a equipe de Supervisão Ambiental tem realizado vistorias diárias de segunda a sextafeira.

Nestas vistorias, além das áreas mapeadas no levantamento das feições erosivas é dada especial atenção aos taludes de cortes e aterros e as obras de arte correntes em curso. Diariamente são feitos Registros Ambientais.

No trimestre em foco, dentro do Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos, foram contabilizados 80 vistorias a diferentes Registros Ambientais no Sistema da Gestora Ambiental, representando 38% do total do que foi registrado nos outros programas, sendo que 60% estão enquadrados em situação de conformidade ou em regularização. Também foram emitidos 06 informes de não conformidade, os quais já foram ou estão sendo sanados.

3.4 Medidas de Controle dos Processos Erosivos

Dentro do padrão de operação estabelecido com o NLA/IBAMA/RS, após as medidas preliminares previstas no PBA, a supressão de vegetação – como medida preventiva é realizada em duas etapas:

- a) remoção dos indivíduos arbóreos e arbustivos, mantendo-se a cobertura herbácea e com gramíneas do solo;
- b) decapagem, incluindo a remoção de gramíneas e herbáceas, somente no momento da execução dos cortes, aterros e obras de arte corrente.

43



Até o momento as medidas de controle utilizadas foram:

- Manter inclinação nos aterros, do "off-set" em direção ao futuro canteiro central, definindo um sentido de escoamento e uma "descida" das águas favorecendo a prevenção;
- Disposição do material orgânico proveniente da decapagem na base dos aterros, reduzindo o transporte de sedimentos dos taludes para a rede de drenagem.
- Implantação de dispositivos de controle de erosão/assoreamento:
- Bacias de sedimentação;
- Barreiras de sacos de terra e de "rachão".
- Com a intensificação das chuvas em fevereiro as medidas adotadas mostraram-se insuficientes, requerendo soluções complementares como:
- Criação de descidas d'água com tubos de PVC nos aterros mais altos;
- Cobertura de taludes com manta "Geotêxtil Bidim" e lona.
- Proteção dos taludes de aterro por enleivamento e de cortes por hidro-semeadura.

Complementarmente foi testado o uso de madeira (toretes) oriunda da supressão, como componente do maciço para barreiras de sedimentação.

Abaixo estão ilustradas uma série de dispositivos de controle de processos erosivos que vem sendo adotados





Medida preventiva: Interrupção da decapagem Medida preventiva: Supressão da vegetação nos talvegues com drenagem até o início da arbóreo-arbustiva, com manutenção de construção da obra de arte corrente. gramíneas e herbáceas.



Construção de bacia de sedimentação Inclinação dos aterros, conformando a descida construída em aterros altos, com descidade águas para o canteiro central, a fim de gerar d'água de tubo PVC. apenas um ponto de controle de sedimentos.

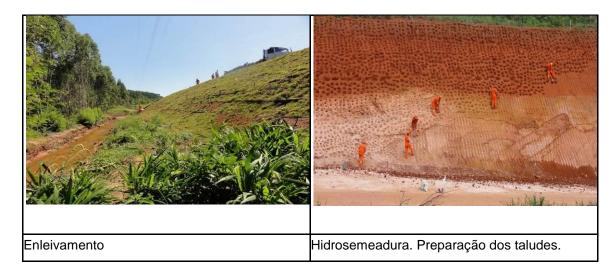














4 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Passivos Ambientais

Este programa tem como objetivo sistematizar as ações necessárias para a recuperação e recomposição das áreas alteradas em função das obras de duplicação da rodovia BR-386/RS. Para atingir este objetivo o PBA (MRS – setembro/2010) destacou duas grandes metas:

- c) Recuperar as áreas degradadas decorrentes das obras do empreendimento, incluindo aqui os passivos ambientais identificados anteriormente ao início das obras, através da adoção de técnicas de recuperação capazes de devolver a esses ambientes sua função ecológica de origem;
- d) Estabelecer os procedimentos para a abertura, exploração e posterior recuperação das áreas dos canteiros de obras, jazidas e de bota-foras;

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Passivos Ambientais relaciona-se principalmente com os programas de Prevenção e Controle de Processos Erosivos e de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos. A Supervisão Ambiental de Campo tem dado grande importância para a garantia do cumprimento das metas previstas para o programa, uma vez que ele é quem controlará a antropização gerada pela obra, além de promover benfeitorias ao meio ambiente recuperando áreas degradadas, naturalmente ou por terceiros, do entorno.

Na relação com o Programa de Controle de Processos Erosivos, as atividades de recuperação de áreas degradadas e passivos ambientais evoluíram de duas formas: ações preventivas que dão conta da interação da obra com passivos ambientais (feições erosivas) identificados nas áreas onde



haverá intervenções, e ações reativas, para as situações onde os controles de erosão adotados foram insuficientes ou inadequados, causando prejuízo ao meio ambiente.

4.1 Recuperação de passivos ambientais

O levantamento de feições erosivas, recomendado pelo PBA e ratificado pela condicionante 2.11 da LI 709/2010 (apresentado no Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos) apontou oito áreas situadas nos limites da intervenção das obras. São elas: Km 1+380 ao 1+400 LE; 1+980 ao 2+100 LD; 3+100 LE; 3+700 LE; 5+400 LE/LD; 7+400 LD; 17+740 LD; 21+800 ao 21+940 LD. Como pode ser visto, a grande maioria está situado na área que depende do atendimento da condicionante 2.16 da LI 709/2010 ("manifestação favorável da FUNAI") para que a frente de obras seja liberada, delimitado entre as estacas 0 e 8+800.

De uma maneira geral, os passivos ambientais existentes na faixa de domínio, podem ser neutralizados com soluções simplificadas, valendo-se de barreiras de sacos, bacias de sedimentação, enleivamento/ hidrosemeadura, implemento de drenos longitudinais de crista e conformação dos taludes. Até o momento as frentes de obras avançaram apenas sobre o passivo localizado entre as estacas 21+800 a 21+940 LD. O tratamento que está sendo adotado é a conformação da área, adequando o talude para a declividade de projeto, para posterior enleivamento/ hidrosemeadura.

Na fase em que o projeto se encontra, foram avaliadas algumas possibilidades de recuperação de passivos ambientais, listados ou não no PBA, com a utilização do material de descarte da obra. Para isso, foram avaliadas



áreas degradadas ambientalmente, com potencial de recuperação usando o material de descarte (bota fora) e material de decapagem.

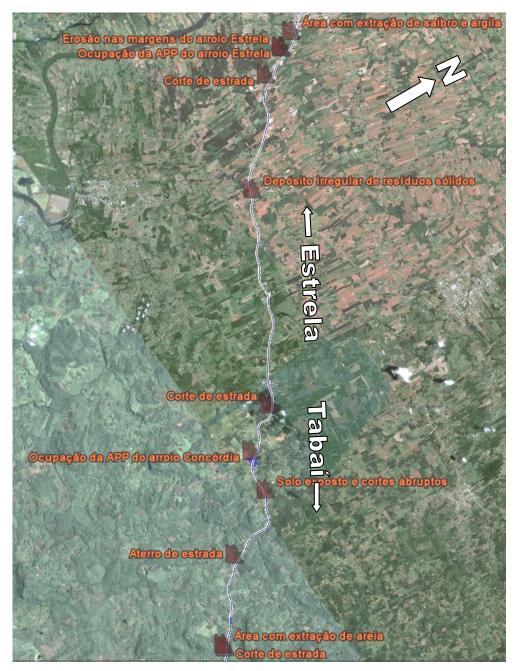


Figura 13 Plotagem dos Passivos Ambientais apontados no PBA no SIG.



Os relatos sobre os demais passivos apresentados no EIA, Projeto Executivo componente ambiental e PBA, serão feitos na medida em que o empreendimento em curso for interagindo com os mesmos.

4.2 Passivos Ambientais Previstos no PBA, EIA RIMA e Projeto Executivo

Estaca 0+500 Lado Esquerdo Situação: Recuperado



Estaca 0+940 Lado Direito Situação: Recuperado





Área de lavra localizada na margem esquerda da rodovia. Há pontos suscetíveis à erosão.



Área em processo de recuperação lenta. Aguarda atendimento da condicionante 2.16 da LI 709/2010 ("manifestação favorável da Funai") para que a frente de obras seja liberada.



Estaca 1+700 Lado Direito Situação: Recuperado



Suscetibilidade à erosão que se estendem pela margem do arroio Estrela. Verifica-se solo exposto e indícios de escorregamento de massas de solo.



Margens recuperadas naturalmente devido a resiliência ecológica.

Estaca 2+500 Lado Direito Situação: Aguarda Intervenção



Extração de material basáltico na faixa de domínio+ provavelmente pela Prefeitura Municipal ou terceiros. Será atingida pelo projeto de duplicação. Nenhuma medida de recuperação é necessária.



Área a ser recuperada com as interveções de traçado do projeto, que depende do atendimento da condicionante 2.16 da LI 709/2010 ("manifestação favorável da Funai") para que a frente de obras seja liberada.



Estaca 3+120 Lado Esquerdo Situação: Aguarda Intervenção



Área a correcuperada com ac interveções de tracado

corte de estrada em solo com feições de escorregamento em função da ação pluvial aliada à falta de cobertura vegetal em certos pontos e elevada declividade. Área a ser recuperada com as interveções de traçado do projeto, Aguarda atendimento da condicionante 2.16 da LI 709/2010 ("manifestação favorável da Funai") para que a frente de obras seja liberada..

Estaca 5+500 Lado Direito Situação: Aguarda Intervenção



Extensa área de argila com exploração anterior+ submetida a intenso processo erosivo. Será parcialmente atingida pelo projeto de duplicação. O aproveitamento do material eliminará o passivo.



Área a ser recuperada com as interveções de traçado do projeto. Aguarda atendimento da condicionante 2.16 da LI 709/2010 ("manifestação favorável da Funai") para que a frente de obras seja liberada.



Estaca 5+500 Lado Direito Situação: Aguarda Intervenção





Talude desmoronável sem cobertura vegetal. Área deverá ser atingida pelo projeto de duplicação+ devendo ser provável fonte de material argiloso. O projeto de aproveitamento do material eliminará o passivo.

Área a ser recuperada com as interveções de traçado do projeto. Aguarda atendimento da condicionante 2.16 da LI 709/2010 ("manifestação favorável da Funai") para que a frente de obras seja liberada.

Estaca 17+780 Lado Esquerdo Situação: Em Recuperação



Corte de estrada em solo com feições de escorregamento. O talude está parcialmente estabilizado pelo próprio solo que sofreu deslizamento e pela cobertura vegetal+ inclusive arbórea. Observa-se perda de



Manutenção da estabilidade do solo na mesma situação do levantamento realizado para apresentação do EIA-RIMA (2009). Área fotografada logo após manutenção da concessionária da rodovia.



Estaca 25+280 Lado Direito Situação: Em Recuperação



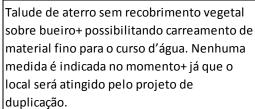


Aterro de altura significativa em área de baixada+ alagada. Parte do talude está completamente sem vegetação+ e logo acima dessa porção+ verifica-se abatimento do solo e trincas no asfalto do acostamento.

Avanço das obras realizou a conformação do talude e deu estabilidade ao acostamento.

Estaca 25+500 Lado Direito Situação: Recuperado







Avaço das obra na pista de duplicação eliminou a área sem recobrimento vegetal.



Estaca 26+000 Lado Esquerdo Situação: Recuperado



Represamento de água a jusante de bueiro. Deve ser procedida a desobstrução do canal para dar livre curso ao fluxo+ o que está previsto no Projeto de Drenagem.

Avaço das obra na pista de duplicação eliminou a área sem recobrimento vegetal.



Estaca 26+200 Lado Esquerdo Situação: Aguarda Intervenção



Estaca 28+500 Lado Esquerdo Situação: Recuperado





Estaca 29+200 Lado Direito Situação: Não Recuperado



Área de lavra localizada em propriedade próxima à margem direita da rodovia. Há pequenos taludes suscetíveis à erosão e indícios de escorregamento planar de solos oriundo da fraca sustentabilidade do material.

Passivo ambiental será recuperado com material oriundo da decapagem (bota fora). Aguardando a documentação do proprietário.

Estaca 29+340 Lado Esquerdo Situação: Recuperado





Estaca 30+500 Lado Esquerdo Situação: Em Recuperação



Animais na faixa de domínio. O pisoteio retira a cobertura de gramíneas+ propiciando início de processo erosivo. Solicitar a PRF melhor controle.

deverá ser feito pela Concessionária.

Não foi observado presença de animais no pasto junto a faixa de domínio no entorno do referido trecho.

Estaca 31+000 Lado Esquerdo Situação: Em Recuperação





Estaca 31+500 Lado Direito Situação: Aguarda Intervenção



staca 32+000 Lado Esquerdo Situação: Aguarda Intervenção



4.3 Recuperação e recomposição das áreas alteradas em função das obras de duplicação



Buscando mitigar os impactos gerados pelas obras de duplicação e facilitar a recuperação/recomposição das áreas alteradas o PBA indica as seguintes ações:

- e) Ações preventivas: visam à manutenção de um nível aceitável de qualidade ambiental durante a fase de obras e a minimização das ações posteriores para recuperação das áreas alteradas;
- f) Ações corretivas: execução imediatas de ações que permitam o retorno da situação ambiental original;
- g) Ações de recomposição ambiental: implementadas logo após o término dos trabalhos, visando a recuperação dos meios físico e biótico das áreas degradadas, reintegrando-as a paisagem e a novos usos.

Durante a execução das obras e sob monitoramento da Supervisão Ambiental deverão ser executadas as ações preventivas e corretivas. Já as ações de recomposição ambiental para as áreas de apoio (jazidas, canteiros, bota-foras) seguirão o previsto no PBA, nos Estudos Ambientais, que contém o PRAD, e as condicionantes das licenças ambientais.

A seguir apresentamos registros fotográficos de algumas destas áreas, cujas implantação/operação devem começar no início de março.



EC 19 – BR 386, acesso à Catupi. A área é um grande passivo ambiental, na qual será



EC 14 – km 23+180, continuidade da área de corte em propriedade lindeira, com posterior



Convênio Nº 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU

explorada areia-argilosa e posteriormente recuperada.

conformação e revegetação dos taludes.



EC 10 – km 18+240, área de futura lavra de argila, onde ocorreu exploração de povoamento comercial de eucalipto.



EC 23 – km 17+600, área a ser explorada, ocupada atualmente por povoamento de eucaliptos e invasoras (pinus), com solo exposto.



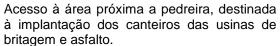
EC 17 – km 9+400, jazida de argila junto à faixa de domínio.



Pedreira, BR 386 – acesso km 366, área destinada à lavra de basalto, Licenciada pela FEPAM.









Técnicos da Supervisão Ambiental acompanhando limpeza do terreno para instalação do canteiro de britagem.

A identificação de outras áreas degradadas pelas obras, a serem recuperadas, ocorrerá através dos Registros Ambientais, que contem a localização (km e coordenadas), descrição/caracterização do impacto, registros fotográficos, com "plotagem" em sistema de informação geográfica da Gestora Ambiental.



5 Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos

Este programa além de atender as normativas ambientais emanadas do processo de licenciamento do empreendimento, orienta-se pela Lei Estadual 12.300/2006, que Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, a qual considera que "compete aos geradores de resíduos industriais a responsabilidade pelo seu gerenciamento, desde a sua geração até a sua disposição final". Nesta linha o Programa estabelece as diretrizes para o gerenciamento de resíduos sólidos e dos efluentes gerados nas atividades e serviços para instalação e operação da BR 386 no trecho em foco, desde a geração até o destino final.

Com o objetivo de minimizar os riscos a saúde e ao meio ambiente o Programa recomenda a observação das seguintes etapas:

- h) Geração de resíduos
- i) Manuseio e segregação
- j) Acondicionamento e armazenamento temporário
- k) Coleta, transporte e destinação final
- I) Registro, monitoramento e controle

5.1 Gerenciamento dos resíduos gerados no empreendimento

Visando a execução deste programa o Consórcio construtor apresentou a tabela, reproduzida abaixo, a qual resume o seu plano de gerenciamento de resíduos, bem como apresenta os quantitativos gerados até 15 de fevereiro de 2011.



Tabela 2 – Tabela de gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos (Fonte: Consócio Construtor)

Tipo de resíduo	Origem	Acondicionamento	Destino resíduo venda doação/pagamento	Disposição final	Tratamento	Período coleta	Volume gerado/ até 15/02/2011
resíduo de cap + diesel usina de asfalto	industrial	recipiente fechado com contingenciamento	venda para lwart lubrificantes	lwart lubrificantes	refino	sempre que necessário	não gerou
lâmpada fluorescente	diversos setores	caixa de madeira na baia de produtos perigosos da central de resíduos	pagamento/ brasil recicle	reprocesso	reciclagem	sempre que necessário	não gerou quantidade suficiente para ser destinado
pilhas contendo metais pesados	diversos setores	baia de resíduos perigosos central de resíduos	pagamento/ transportadora dinâmica	pró-ambiente	aterro industrial	sempre que necessário	não gerou quantidade suficiente para ser destinado
material contaminado com produto perigoso	canteiro de obra oficina	caçamba apropriada central de resíduos	pagamento/ transportadora dinâmica	pró-ambiente	aterro industrial	sempre que necessário	não gerou quantidade suficiente para ser destinado
resíduo de enxofre	laboratório	caçamba apropriada central de resíduos	pagamento/ transportadora dinâmica	pró-ambiente	aterro industrial	sempre que necessário	não gerou
resíduos de madeira	canteiro/frentes de serviço	baia de resíduos de madeira	caminhão da obra	doação comunidade	geração de energia	sempre que necessário	5m³ doado curtume geovane
resíduos não recicláveis	diversos setores	baia de resíduos não recicláveis central de resíduos	prefeitura fazenda Vila Nova	aterro de resíduos sólidos urbano	aterro de resíduos sólidos urbano	sempre que necessário	não é pesado
vidros	diversos setores	baia de resíduos não recicláveis central de resíduos	pagamento/ brasil recicle	reprocesso	reciclagem	armazenando para posterior destinação	não gerou quantidade suficiente para ser destinado
resíduos orgânicos	refeitório	baia de resíduo orgânico	prefeitura fazenda Vila Nova	aterro de resíduos sólidos urbano	aterro de resíduos sólidos urbano	sempre que necessário	não é pesado
resíduos dos banheiros	frente de serviço	fossa séptica	limpa fossa guguê	ete's da Corsan	descontaminação	sempre que necessário	não gerou quantidade suficiente para ser destinado
sucata metálica			venda para Sucatasul	Gerdau	reciclagem	sempre que necessário	não gerou quantidade suficiente para ser destinado
papel / papelão	canteiro de obras/ escritório	recipiente azul e baia de resíduos de papel central de resíduos	doação para comunidade bom retiro do sul	Trombini	reciclagem	sempre que necessário	250 kg doado para catadora de bom retiro do sul



Convênio Nº 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU

plástico	canteiro de obras/ escritório	recipiente vermelho e baia resíduos de plástico centra resíduos		doação para comunidade bom retiro do sul	Sulpet	reciclagem	sempre que necessário	20 kg doado para catadora de bom retiro do sul
toner / cartuchos	escritórios	caçamba apropriada de resíduos	central	transportadora dinâmica	pró-ambiente	aterro industrial	sempre que necessário	não gerou quantidade suficiente para ser destinado
resíduo em geral, exceto madeira, aço, orgânico e perigoso	frente de serviço	tambor		caminhão da coleta do município	aterro sanitário dos municípios	aterro sanitário	sempre que necessário	não é pesado
resíduo perigoso	frente de serviço/canteiro de obras	caçamba laranja		transportadora dinâmica	pró-ambiente	pró-ambiente	sempre que necessário	não gerou quantidade suficiente para ser destinado



Conforme informado na tabela o transporte e a destinação dos resíduos serão realizados diretamente pelo Consórcio e por empresas especializadas contratadas. Além dos resíduos referidos na tabela, outras situações decorrentes da obra foram consideradas.

Na supressão de vegetação temos produção de resíduos vegetais, que uma vez aproveitados podemos classificar como produtos florestais. É o caso do material lenhoso, o qual foi tratado como lenha em metro e está sendo estocado na faixa de domínio para posterior destinação aos moradores lindeiros e prefeituras locais. Parte da lenha já foi destinada à comunidade indígena. Os demais resíduos (folhas, galhos) juntamente com os resíduos da decapagem (solo misturado com matéria orgânica), são utilizados na proteção/recuperação das bases dos aterros ou estocados em áreas adequadas na faixa de domínio para posterior utilização.

Os solos oriundos dos cortes são aproveitados nos aterros e os considerados inservíveis (volumes menores) estão sendo estocados entre o off-set e a faixa de domínio, de acordo com o projeto executivo.

Tubos de concretos e caliças resultantes da desativação de antigas redes de drenagem (pequenos volumes) serão doados a prefeituras e/ou lindeiros para reaproveitamento e melhorias nos acessos às propriedades.



Lenha estocada na faixa de domínio, a ser destinada aos lindeiros.



Resíduos da supressão e das obras de drenagem, empilhados, isolados por fita, aquardando destinação adequada.





Resíduos da decapagem e da supressão sendo estocados entre o "off-set" e a faixa de domínio, para posterior proteção da base do talude.



Técnicos da Supervisão ambiental orientando trabalhadores sobre disposição temporária de resíduos e materiais da obra.

Como as lavagens dos caminhões e máquinas são feitas em estabelecimentos comerciais os efluente são tratados nos mesmos. Já os resíduos do tanque de combustível da área de apoio localizada na BR 386 km 366, o qual foi implantado nos padrões da empresa Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A, segundo o Consórcio construtor são recolhidos por este fornecedor.



Posto de lavagem de máquinas e caminhões. LO 087/011-2010 – Município de Paverama.



Tanque de combustível dotado de bacias de separação óleo-água.



Os dejetos (esgotos cloacal e águas cinza) originados na área de apoio acima citada, e no escritório da obra, localizado na Rua Alegrete, 158 Fazenda Vila Nova, são destinados ao sistema de recolhimento de esgoto do município. Já para atender os trabalhadores das frentes de obras foram implantados sanitários com fossa séptica, com posterior recolhimento por empresa do ramo e disposição final nas ETEs da CORSAN.

Para acondicionamento dos resíduos sólidos gerados na frente de obra o Consórcio distribui nas mesmas toneis. As bandejas e copos descartáveis utilizadas nas refeições são recolhidas para o escritório do consórcio.



Sanitários com fossa séptica e pia para higienização, implantados nas frentes de obras.



Toneis distribuídos nas frentes de obra para acondicionamento de lixo.

Até o momento os resíduos de saúde gerados em funções de eventuais atendimentos aos trabalhadores da obra, estão sendo geridos pelos equipamentos de saúde dos municípios de Estrela e Fazenda Vila Nova, locais para onde são destinados os pacientes.

No Sistema Informatizado da Supervisão Ambiental 9% dos registros de campo pertencem ao referido programa, sendo que 89% das situações observadas estão conformes ou em regularização.



6 Programa de Controle de Supressão da Vegetação

As atividades de supressão de vegetação foram executadas considerando-se as especificações do Programa, as orientações definidas em reuniões com o NLA/IBAMA/RS e as condicionantes da LI 709/2010 e ASV 468/2010.

Seguindo a condicionante 2.12 da ASV, foi elaborado para envio ao IBAMA "Relatório Trimestral Sobre Supressão de Vegetação – trimestre: 15/11/2010 a 15/02/2011".

No Sistema Informatizado da Supervisão Ambiental 11% dos registros de campo pertencem ao referido programa, sendo que 91% das situações observadas estão conformes ou em regularização.

7 Programa de Monitoramento e Conservação da Flora

- m) Subprograma de Resgate de Germoplasma;
- n) Subprograma de Resgate de Epífitas;
- o) Subprograma de Transplante de Espécimes Arbóreos;
- p) Subprograma de Controle de Espécies Invasoras.

As atividades de monitoramento e conservação da flora, previstas em quatro subprogramas, foram executadas de acordo com os mesmos, assim como seguiu as orientações definidas em reuniões com o NLA/IBAMA/RS e as condicionantes da LI 709/2010 e ASV 468/2010.

Obedecendo a condicionante 2.12 da ASV, o relato das atividades referentes a este Programa, foi incorporado ao "Relatório Trimestral Sobre Supressão de Vegetação trimestre 15/11/2010 a 15/02/2011", elaborado para envio ao IBAMA.



Convênio Nº 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU

No Sistema Informatizado da Supervisão Ambiental 14% dos registros de campo pertencem ao referido programa, sendo que 92% das situações observadas estão conformes ou em regularização.



8 Bibliografia

- MRS. (2010). PBA -Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da Rodovia BR-386/rs, trecho: Entr BR-158 (div sc/rs) entr BR-116(b)/290 (Porto Alegre), subtrecho: entr BR-453/rs-130 (p/ Lajeado) entr BR-287(a) (Tabaí), Segmento: km 350,8 km 386 35,2 km de extensão. Brasília DF: República Federativa do Brasil.
- MRS. (2009). Estudo de Impacto Ambiental Relatório de Impacto Ambiental para as Obras de Duplicação da Rodovia BR-386/RS, trecho: Entr BR-158(a) (div SC/RS) entr BR-116(b)/290 (Porto Alegre), subtrecho: entr BR-453/RS-130 (p/ Lajeado) entr BR-287 (Tabaí). Brasília DF: República Federativa do Brasil.

RIO GRANDE D SUL. (21/01/1991). Codigo Florestal do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 9.519. Porto Alegre.